

APCR 8127

**ECOLOGIA**



Produção de ferro-gusa em Marabá, no Pará: 1 milhão de árvores destruídas no ano passado

ANDRÉ PENNER

# Usina de problemas

*As siderúrgicas de Carajás podem transformar o Estado do Pará num inferno ecológico semelhante ao de Rondônia*

**D**epois de estimular projetos ineptos de colonização na Amazônia, que queimaram uma porção de floresta do tamanho do território do Japão, o governo brasileiro pela primeira vez está comprometido publicamente em adotar medidas duras para evitar a destruição de florestas no Norte do país. Na mira do governo estão as siderúrgicas de ferro-gusa, matéria-prima para a produção de aço, que estão se instalando ao largo da ferrovia dos Carajás, no Maranhão, para industrializar a megajazida de 18 milhões de toneladas de ferro que brota do solo. Essas siderúrgicas trabalham com fornos de carvão vegetal — extraído da floresta amazônica. Elas arrancaram, no ano passado, 11 600 hectares de árvores dos solos do Maranhão e

do Pará. Caso todas as treze siderúrgicas projetadas para a região sejam efetivamente instaladas, em dez anos a devastação atingirá mais de 1 000 quilômetros quadrados de floresta, numa repetição em escala mais reduzida do prejuízo ecológico causado pelo desmatamento no Estado de Rondônia. Na década de 80, as florestas de Rondônia foram destruídas para ceder lugar a assentamentos de colonos — ainda que a terra, ali, não fosse própria para a agricultura. “Essas siderúrgicas representam uma ameaça às florestas da região”, afirma José Lutzenberger, o secretário nacional do Meio Ambiente.

O esforço de Lutzenberger em preservar as florestas da região ainda não resultou em soluções concretas. As usinas são teoricamente obrigadas pelo governo a replantar pelo menos a metade da madeira que queimam — através de projetos de reflorestamento. Para burlar o controle, as empresas compram madeira de lenhadores clandestinos — que, obviamente, extraem árvores ao redor da ferrovia. A Secretaria do Meio Ambiente também apertou o cerco às siderúrgicas instaladas em Minas Gerais, onde pelo menos 5 bilhões de árvores foram arrancadas nos últimos quinze anos. A ação do Ibama fez com que vinte siderúrgicas mineiras fechassem suas portas no mês passado.

Muito tarde — os guseiros destruíram quase 70% de toda a cobertura florestal do Estado.



**PROJETO INVIÁVEL** — Graças a incentivos do próprio governo federal, as siderúrgicas começaram a migrar para a Amazônia nos últimos anos. Já existem quatro delas na região. Em 1992, deverão ser treze. Apenas no ano passado as matas ao redor de Carajás perderam 1,16 milhão de árvores, numa amostra do desastre ecológico que pode acontecer na região. No Pará, a Cosipar e a Simara, duas siderúrgicas instaladas na região do Projeto Carajás, receberam a visita dos funcionários do Ibama e foram autuadas por comprar lenha de fornecedores clandestinos. “A siderurgia se tornou inviável. Assim que pu-

dermos, vamos passar nossa usina adiante”, diz o empresário Adecil Brasil, dono da Símara, que se animou a instalar uma usina na região, atraído pelos incentivos fiscais do programa Carajás e pela possibilidade de ter madeira disponível e barata ao seu redor.

Por trás da polêmica entre o governo e as siderúrgicas, existe um problema empresarial — as usinas só são economicamente viáveis se puderem desmatar as florestas. O ferro-gusa está cotado a 93 dólares a tonelada — e só pode ser vendido a um preço competitivo no mercado internacional se for produzido com a queima de carvão vegetal. Se os empresários optarem pelo carvão mineral, que pode ser importado da Colômbia e que seria uma excelente alternativa ecológica, o custo de produção duplicaria. Uma tonelada de carvão mineral custa 80 dólares — o dobro do que as siderúrgicas desembolsam pela madeira. Uma boa maneira de os ecologistas internacionais ajudarem efetivamente a Amazônia seria pressionar o governo de seus países a vender carvão mineral a preços subsidiados às siderúrgicas brasileiras.

**EMPREGOS** — Em Marabá e Açailândia, os principais centros produtores de ferro-gusa da região de Carajás, já começa a se esboçar uma reação a um possível cerco do governo às siderúrgicas. “Não podemos deixar as florestas intactas apenas para apreciar o vento balançar as suas folhas”, reclama o prefeito de Açailândia, Leonardo Queirós. Pode-se dizer, contudo, que a presença das siderúrgicas na região causa mais prejuízos ecológicos do que benefícios sociais. Calcula-se que as treze usinas a ser instaladas em Marabá vão gerar apenas 3 500 empregos diretos e 20 000 indiretos — um pingão d’água no oceano de 370 000 empregos necessários naquelas cidades. Por outro lado, o prejuízo ecológico e ambiental é imenso — a poluição do ar e a devastação das florestas. O dilema entre preservar a floresta ou permitir o funcionamento das siderúrgicas poderia ter sido evitado, caso projetos dessa dimensão fossem acompanhados de um estudo de viabilidade econômica — no qual a preservação do meio ambiente entrasse também na contabilidade do governo e das empresas. Como nunca se cogitou disso no Brasil antes de Carajás, cuja mina é um exemplo para o mundo de como se explorar minério na mata sem agredida, degenerou-se em subprojetos siderúrgicos prontos a engolir a floresta em labaredas num abuso ecológico que ofende não apenas a natureza mas também o bom senso. ■

## Fogueira de números

*Pesquisa culpa as queimadas pelo efeito estufa*

A tese segundo a qual a poluição das indústrias e dos automóveis é o grande fator de risco para o chamado efeito estufa — a elevação da temperatura do planeta em decorrência da poluição — é aceita por boa parte dos cientistas e ecologistas. Na semana passada, pesquisadores americanos do World Resources Institute publicaram um novo estudo que refuta essa tese. Segundo a pesquisa, o grande perigo seriam as queimadas em florestas do Terceiro Mundo. No ranking dos países que mais emitem gases nocivos, o Brasil está em terceiro lugar, com 10,5% dos gases emitidos (veja quadro). “O efeito estufa é um problema de todos os países,

aconteceram na década passada. Mesmo que os pesquisadores americanos sejam sérios, seus números foram vistos com desconfiança por cientistas brasileiros. “Esse número é exagerado. Na pior das hipóteses, o Brasil deve lançar de 4% a 7% de todo o gás carbônico”, diz o físico Paulo Artaxo, da Universidade de São Paulo, que coordena nesta semana um seminário sobre efeito estufa, onde estarão presentes os autores da pesquisa americana, ecologistas e autoridades brasileiras. Artaxo baseia-se também em trabalhos científicos que indicam que a quantidade de gás carbônico lançada pelas queimadas em todo o mundo não ultrapassaria 20% de todos os gases que levam ao efeito estufa.



que deve ser enfrentado com um esforço conjunto”, disse Alan Drewster, um dos autores da pesquisa. O efeito estufa é um fenômeno climático que consiste na elevação da temperatura da Terra devido à emissão de gases, como o CO<sub>2</sub>, o metano e o clorofluorcarbono.

As ondas de luz que a Terra recebe do Sol são refletidas na forma de raios infravermelhos. A poluição formaria uma espécie de nuvem de gases ao redor da Terra que teria o poder de reter no ar os raios infravermelhos — e não permitir que eles escapem da atmosfera. O resultado seria um aquecimento do clima da Terra. A única evidência do efeito estufa é que os dois dias mais quentes da História recente do planeta

**BENEFÍCIO** — Ainda que os cientistas não cheguem a um acordo sobre as estatísticas, a pesquisa americana está servindo de argumento para que os países desenvolvidos apertem mais ainda o cerco ecológico sobre o Terceiro Mundo. Na semana passada, o físico José Goldemberg, secretário de Ciência e Tecnologia do governo Collor, participou de um simpósio sobre as mudanças climáticas do planeta, em Londres — e só conseguiu se livrar das cobranças dos demais debatedores com um argu-

mento político. “Não admito discutir o efeito estufa nessa perspectiva colonialista”, disse Goldemberg. O problema dos americanos é que, mesmo que eles restrinjam a emissão de gases tóxicos pelos automóveis e pelas indústrias, o benefício será limitado. Calcula-se que apenas 3% de gases que provocam o efeito estufa deixarão de ser emitidos nos próximos anos, depois que o Congresso americano aprovou a chamada Lei do Ar Limpo, um pacote de leis que exige das indústrias dos Estados Unidos investimentos para diminuir a poluição. Diante desse quadro, os americanos preferem martelar a necessidade de evitar as queimadas.